

FACULDADE DE CAMPINA GRANDE DO SUL – FACSUL

RELATÓRIO FINAL

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

1 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

1 CARACTERIZAÇÃO DA IES

Nome: FACULDADE DE CAMPINA GRANDE DO SUL - FACSUL

Código no INEP: 1679

Tipo: Faculdade privada com fins lucrativos

Município: Campina Grande do Sul

Estado: PR

2 ASSUNTO: RELATÓRIO FINAL

3 CPA - CONSTITUIÇÃO

Nome	Segmento representado
Edilson da Costa	Coordenador
Ivan Bim Requena	Corpo Docente
Marlon Hamann	Corpo Discente
Raquel Pinto Correa	Técnico-Administrativo
Maria Lourdes Cordeiro da S. Rodrigues	Comunidade Externa

Ato de designação da CPA : Portaria nº 016/2004 em 27/08/2004

2 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este relatório descreve as ações promovidas pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) desta Instituição de Educação Superior (IES), encaminhada ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), compreendendo o período de fevereiro de 2009 a dezembro de 2009.

Este documento vincula-se ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que define como elementos constitutivos avaliação institucional (interna e externa), avaliação dos cursos de graduação e avaliação do desempenho dos estudantes.

Com finalidade construtiva e formativa, o SINAES busca ser permanente e envolver toda a comunidade acadêmica, desenvolvendo a cultura de avaliação na IES. Em decorrência deste envolvimento da comunidade como sujeito da avaliação, todos passam a ficar comprometidos com as transformações e mudanças no patamar de qualidade.

A CPA considera o conjunto de princípios, diretrizes e dimensões do SINAES; dentre eles, destacamos os seguintes:

Princípios:

- melhoria da qualidade da educação superior;
- responsabilidade social;
- orientação da expansão da sua oferta.

Diretrizes:

- aumento permanente de sua eficácia institucional;
- efetividade acadêmica e social;
- promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais;
- valorização de sua missão pública;
- promoção dos valores democráticos;
- respeito à diferença e à diversidade;
- afirmação da autonomia e da identidade institucional.

Dimensões:

- a missão e o plano de desenvolvimento institucional;
- a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, às bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
- a responsabilidade social da Instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- a comunicação com a sociedade;
- as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições

de trabalho;

- organização e gestão da Instituição, especialmente o funcionamento e a representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;
- infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recurso de informação e comunicação;
- planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;
- políticas de atendimento ao estudante;
- sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

Podemos afirmar que os resultados da autoavaliação possibilitam traçar um panorama da qualidade dos cursos oferecidos, bem como analisar se sua missão está de fato se realizando, visando a tomar decisões, tendo em vista o aperfeiçoamento da IES como um todo.

Partimos do pressuposto de que a avaliação é uma leitura orientada da realidade, segundo critérios pré-estabelecidos, de acordo com nossos padrões de qualidade. Dessa forma, acreditamos que a finalidade última da avaliação não seja classificar, nem tão pouco selecionar e excluir, mas que os resultados possam ser analisados a fim de que sejam propostos caminhos, metas, estratégias que vão ao encontro de nossas intenções educativas e responsabilidades sociais.

Nossa proposição de autoavaliação se justifica e se transforma em uma necessidade por ser um direito da população, distinguindo-se, assim, da proposição de um Estado avaliador. De modo que não interessa apenas ao Estado, mas muito mais à população e, para tanto, deve se constituir em compromisso da IES e dos intelectuais que a compõem, ultrapassar a crítica e construir uma avaliação concernente com os ideais de uma sociedade justa e democrática. Neste sentido, a avaliação identifica um cenário aferindo qualidade.

A autoavaliação institucional, realizada de forma permanente, avalia todos os aspectos que giram em torno desses eixos: a formação acadêmica, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da Instituição, o corpo docente, as instalações e várias outras categorias e conjunto de indicadores. As informações obtidas com esta modalidade avaliatória serão utilizadas pela IES para orientação da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social; para orientar sua política acadêmica e de gestão e para desvelar a realidade dos cursos e da própria Instituição.

Este relatório evidencia que o processo avaliativo está comprometido com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), estando direcionado para a melhoria da qualidade da formação acadêmica, levando em conta todas as

variáveis relacionadas ao bom andamento desta IES.

A CPA foi instituída na FACSUL com o principal objetivo de promover a melhoria do ensino e da aprendizagem, usando a avaliação como agente modificador, sem desconsiderar a sua missão, o seu propósito e suas metas, que estabelecem preocupação constante com a formação integral do ser humano com ênfase no exercício pleno da cidadania.

A Faculdade de Campina Grande do Sul - FACSUL tem como missão “Possibilitar, por meio do ensino e aprendizagem, o desenvolvimento da cultura e da ciência e a formação de cidadãos que possam contribuir com o desenvolvimento da sociedade em que estão inseridos”. Para alcançar esse objetivo, a Instituição promove a educação superior integrando a pesquisa e a extensão, visando à formação de sujeitos empreendedores e comprometidos com o autoconhecimento, a transformação social, cultural, política e econômica do Estado e da região.

Seu dever é orientar e desenvolver iniciativas que aumentem a qualidade do Ensino e com ela a formação de sujeitos responsáveis, comprometidos com o seu autodesenvolvimento e com o progresso da sociedade. Para tanto, partilha dessa responsabilidade com os ingressos, os egressos e com as organizações locais. Nesse sentido, a Instituição objetiva ser *locus* de referência na Região, assumindo o compromisso institucional de promover o desenvolvimento educacional da região e participar da inserção dos egressos no mercado de trabalho. A Instituição entende que, na interação dinâmica com a sociedade, em geral, e com o mercado de trabalho, em particular, define os seus campos de atuação acadêmica presentes e futuros.

Reconhecendo a crescente importância do conhecimento para a formação de sujeitos e para o processo de desenvolvimento da sociedade, a FACSUL pretende produzi-lo articulando o ensino com a pesquisa a partir da análise da realidade social, econômica, política e cultural local, buscando compreender melhor e mais profundamente a realidade que seu egresso irá contribuir para transformar. Neste sentido, esta Instituição tem como diretriz uma formação que combina e equilibra o desenvolvimento técnico e humanístico e que promove a visão sistêmica do estudante.

Para isso, a FACSUL busca:

- o conhecimento da realidade regional e dos seus condicionantes histórico-político-sociais;
- a formação de profissionais competentes para atuar responsavelmente sobre essa realidade;
- o compromisso com as necessidades e os interesses básicos da comunidade;
- a articulação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- a revisão periódica e fundamentada dos Projetos Pedagógicos dos cursos que oferece, de modo a contribuir para a realização dos projetos educacionais dos estudantes;
- a resposta às mudanças ocorridas na sociedade e a contribuição para o

desenvolvimento curricular perante as diretrizes, desafios e avanços didático-pedagógicos.

Acreditamos que a avaliação seja um instrumento de mudança de cultura da IES – cultura entendida aqui como uma teia de significados construída pelo homem.

Além de intervenção política, ética e pedagógica visando à apuração detalhada da realidade, é também um processo de reflexão sistemática, metódica, organizada e intencional, que permite à IES voltar-se a si mesma na busca da qualidade da Educação e tornar-se mais transparente e comprometida com as transformações sociais. Tal avaliação sistemática não poderá se transformar em apenas mais um objeto de estudo acadêmico, mas deverá usar a comunicação como instrumento para socializar os problemas e os desafios, assim como propor as intervenções necessárias.

Assim sendo, a avaliação institucional pode ser visualizada como afirmação duradoura em busca de uma qualidade compatível com a filosofia institucional e a realidade social.

Lembramos, ainda, que a avaliação não é somente uma dinâmica de conhecimento de determinados aspectos selecionados, mas, sobretudo, um esforço coletivo de compreensão do todo, por meio da articulação das diversas dimensões da Instituição e da construção da integração onde esta não exista.

Portanto, importa um trabalho de participação de todos os segmentos da IES de modo a responder: Quem somos? Como estão nossos cursos? O que pretendemos para a nossa Instituição? Qual a nossa responsabilidade social?

Entendemos que a avaliação não é uma atividade meramente técnica, cuja principal questão seja a formulação de metodologias e técnicas adequadas. A questão primeira de um processo de avaliação encontra-se na sua concepção e nas suas finalidades. No entanto, entendemos que os procedimentos metodológicos espelham certa concepção de avaliação. A metodologia da avaliação é capaz de desencadear um processo democrático e participativo se seus procedimentos e instrumentos concorrerem para tal. Sendo assim, o conceito de avaliação assumido pela IES se insere no marco teórico e referencial dessa proposta.

A avaliação institucional, cuja finalidade é a transformação da realidade e não a criação de *rankings*, preocupa-se em proporcionar uma salutar conscientização da Instituição sobre si mesma. Tratando-se de avaliação institucional, o processo avaliativo deve auxiliar a Instituição a desenvolver seu projeto pedagógico.

Sabemos que a avaliação institucional é parte integrante do projeto pedagógico da IES, ao mesmo tempo em que este se constitui como objeto da avaliação. Para tanto, a Missão, o PPI e o PDI são marcos referenciais necessários ao processo de avaliação.

O processo de avaliação institucional se desenvolveu a partir do processo de sensibilização de seus vários segmentos, aperfeiçoando-se e impondo-se pela sua legitimidade, justiça e adequação das ações produzidas, as quais se traduziram em alto grau de credibilidade junto à comunidade interna e à sociedade em geral.

Para acompanhar e dar cumprimento às recomendações do Ministério da Educação, foi vinculado ao cotidiano da área pedagógica um setor dedicado especificamente à avaliação – a Comissão Própria de Avaliação.

Existindo em caráter permanente um setor de avaliação com levantamento atualizado dos diversos segmentos pedagógicos, em muito é beneficiada a Instituição por poder dispor de um eficaz acompanhamento do processo da melhoria da qualidade dos serviços prestados à comunidade.

Inicialmente, este setor procurou sensibilizar e conscientizar a comunidade acadêmica para a importância da coleta de dados referentes ao docente, ao discente, ao integrante do corpo técnico-administrativo, às condições de infraestrutura física, à oferta dos cursos oferecidos e ao funcionamento da biblioteca, os quais precisavam ser mensurados para posterior comparabilidade, sempre sob um ponto de vista dinâmico e em permanente atualização.

A partir da discussão sobre as especificidades de uma Instituição acadêmica com múltiplas funções, foi implementado um processo de avaliação caracterizado pela intensa participação de seus membros, tanto na decisão de proceder à avaliação e na identificação dos critérios e procedimentos, quanto na utilização dos seus resultados, buscando caminhos para as transformações necessárias.

Partindo desse pressuposto, cabe ressaltar que este processo avaliativo fundamentou-se nos seguintes princípios:

- globalidade;
- comparabilidade;
- respeito à identidade institucional;
- não-premiação e não-punição;
- adesão voluntária;
- legitimidade;
- continuidade.

O princípio da globalidade destaca a importância da avaliação integral da Instituição, incluindo todas as atividades acadêmicas e administrativas, tendo como premissa os enfoques presentes na educação superior.

O princípio da comparabilidade recomenda o completo entendimento dos termos adotados na avaliação institucional, devendo ser os mesmos validados em processos semelhantes em outras IES.

O princípio da identidade institucional é o respeito às características específicas da Instituição.

O princípio da não-punição ou não-premiação fundamenta-se no pressuposto de que o processo de avaliação não deve estar vinculado a mecanismos de punição ou premiação.

Avaliar é um processo contínuo e sistemático que serve para firmar valores. A intenção, ao tratar da afirmação de valores, é mostrar que há na avaliação uma função educativa que em muito sobrepuja a questão do punir ou do premiar. Ademais, é essa função educativa que conduz à consolidação da cultura da avaliação.

A adesão voluntária ao processo de avaliação institucional baseia-se no princípio de que o referido processo só logra êxito se for coletivamente construído e se puder contar com a participação dos seus membros, tanto nos procedimentos quanto na utilização dos resultados, expressando, assim, a vontade política da IES.

A legitimidade do processo de avaliação será garantida pelo gerenciamento técnico adequado.

Um processo de avaliação, além de conter os princípios já apontados, deve ser permanente. A continuidade permitirá a comparabilidade dos dados de um determinado momento a outro, revelando o grau de eficácia das medidas adotadas a partir dos resultados obtidos.

O objetivo maior dessa avaliação interna foi a implementação das relações institucionais, de modo a permitir a utilização plena do potencial da Instituição e fortalecer sua ação educativa, científica e social.

Por tudo isso, o processo de avaliação instituído enseja a contínua reciclagem do Projeto Pedagógico Institucional, permitindo a correção de rotas, reordenando, consolidando e reformulando suas estratégias e formas de atuação.

O sistema de avaliação institucional da IES preconiza um modelo de avaliação que leva em consideração:

- a autoavaliação;
- a avaliação externa (realizada pelo INEP);
- as avaliações de cursos (realizadas pelo INEP);
- os resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE, realizado pelo INEP); e
- a análise global dos indicadores e desempenhos.

Objetivos Centrais da Avaliação

- avaliar a Instituição como uma totalidade integrada que permite a autoanálise valorativa da coerência entre a missão e as políticas institucionais efetivamente realizadas, visando à melhoria da qualidade acadêmica e o desenvolvimento institucional; e
- privilegiar o conceito da autoavaliação e sua prática educativa para gerar, nos membros da comunidade acadêmica, consciência de suas próprias qualidades, problemas e desafios para o presente e o futuro, estabelecendo mecanismos institucionalizados e participativos para a sua realização.

Objetivos Operacionais da Avaliação

- gerar conhecimento para a tomada de decisão dos dirigentes da Instituição em relação à melhoria contínua da qualidade dos serviços de educação superior ofertados;
- pôr em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela Instituição;
- identificar as potencialidades da Instituição e as possíveis causas dos seus problemas e pontos fracos;
- aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo;
- fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais;
- tornar mais efetiva a vinculação da Instituição com a comunidade;
- julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos;
- prestar contas à sociedade sobre os serviços desenvolvidos.

Esses objetivos permitem à IES:

- conhecer-se enquanto instituição (autoconhecimento institucional), para ciência de sua própria realidade, detectando seus pontos fracos e fortes;
- colher dados e analisá-los para a orientação na tomada de decisões, visando à melhoria da qualidade de cursos e das atividades desenvolvidas nos projetos de ensino, pesquisa e extensão;
- realizar, permanentemente, um diagnóstico de cada curso, visando à identificação de seus problemas e de possíveis mudanças e inovações exigidas pelo mercado de trabalho.

São as seguintes as fases metodológicas assumidas pela CPA na implementação da proposta de auto-avaliação:

1. Sensibilização.
2. Diagnóstico.
3. Avaliação interna.
4. Relatório final.
5. Divulgação.
6. Avaliação externa.
7. Balanço crítico: consolidação.

A avaliação interna, além do caráter qualitativo, adotou a perspectiva quantitativa, optando pela combinação dos métodos e técnicas que mais se coadunam com as

características da Instituição e utilizando-se de uma avaliação diagnóstica formativa. Foram utilizados instrumentos de pesquisa (questionários) que possibilitaram traçar o diagnóstico da Instituição e avaliar sua qualidade acadêmica, relevância social e eficiência gerencial e organizacional.

O documento *Orientações Gerais para o Roteiro da Auto-Avaliação das Instituições*, da CONAES e divulgado pelo INEP, serviu de base para a elaboração da proposta de auto-avaliação, bem como para a sua implementação.

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 SENSIBILIZAÇÃO

Com a finalidade de buscar o comprometimento da comunidade acadêmica com o processo de avaliação institucional, foram realizadas reuniões com os corpos diretivo, técnico-administrativo, docente e discente, além de egressos e representantes da comunidade. Tais encontros serviram não somente para o estabelecimento da cultura da avaliação institucional, mas também para que fossem discutidas e incorporadas as sugestões advindas dos participantes, bem como para apresentação e discussão da forma de realização da avaliação.

Sensibilizar a comunidade acadêmica sobre a importância do caráter participativo do processo e, com isso, conquistar a adesão de todos envolvidos, foi um dos principais objetivos desta etapa.

3.2 DIAGNÓSTICO

O objetivo do diagnóstico foi, a partir de indicadores pré-estabelecidos, reunir informações necessárias para descrever e avaliar a realidade institucional em um determinado momento. Fizeram parte desta etapa:

- Estabelecimento de indicadores de desempenho global (referentes à instituição – assim como os das condições do ensino);
- Definição de relatório padronizado para realização do diagnóstico;
- Levantamento das informações institucionais e das condições de ensino;
- Análise das informações levantadas, identificando forças e fraquezas.

3.3 AVALIAÇÃO INTERNA

A avaliação interna é um processo contínuo por meio do qual a Instituição constrói conhecimento sobre sua própria realidade, buscando compreender os significados do conjunto de suas atividades para melhorar a qualidade educativa e alcançar maior relevância social. Para tanto, sistematizou informações, analisou coletivamente os significados de suas realizações, desvendou formas de organização, administração e ação, identificou pontos fracos, bem como pontos fortes e potencialidades, e estabeleceu estratégias de superação de problemas.

A avaliação interna ou autoavaliação é, portanto, um processo cíclico, criativo e renovador, de análise, interpretação e síntese das dimensões que definem a Instituição.

Essa fase intitula-se “interna” por compreender ações desenvolvidas por agentes internos à própria Instituição, portanto uma fase de autocrítica, com os desdobramentos necessários que tal exercício avaliatório pode proporcionar.

O desenvolvimento da autoavaliação compreendeu:

- a definição das condições materiais para o desenvolvimento do trabalho (espaço físico, docentes e técnicos com horas de trabalho dedicadas a esta tarefa e outros);
- a realização de reuniões ou debates de sensibilização;
- a sistematização de demandas/ideias/sugestões oriundas destas reuniões;
- a construção do instrumento para coleta de dados
- a sistematização dos dados coletados e sua tabulação
- a definição de formato do relatório de autoavaliação;
- a elaboração de relatórios;
- a discussão dos resultados com a comunidade acadêmica e publicação das experiências .

3.4 RELATÓRIO FINAL

Este relatório da avaliação interna expressa os resultados do diagnóstico realizado através da análise das dimensões e dos instrumentos de pesquisa aplicados junto à comunidade acadêmica.

Ao incorporar os resultados das avaliações dos cursos e do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), o relatório estará pronto para discussão com a comunidade acadêmica e a sociedade, e para ser colocado à disposição de especialistas da avaliação externa.

3.5 DIVULGAÇÃO

Como continuidade do processo de avaliação interna, a divulgação dos resultados propiciará a apresentação pública e a discussão dos resultados alcançados nas etapas anteriores. Para tanto, serão utilizados diversos meios, tais como: reuniões, documentos informativos (impressos e eletrônicos), seminários e outros. A divulgação propiciará, ainda, oportunidades para que as ações concretas oriundas dos resultados do processo avaliativo sejam informadas à comunidade interna.

3.6 AVALIAÇÃO EXTERNA

A avaliação externa é a outra dimensão essencial da avaliação institucional. A apreciação de comissões de especialistas externos à Instituição, além de contribuir para o

autoconhecimento e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela IES, também traz subsídios importantes para a regulação e a formulação de políticas educacionais. Mediante análises documentais, visitas *in loco*, interlocução com membros dos diferentes segmentos da Instituição e da comunidade local ou regional, as comissões externas ajudarão a identificar acertos e equívocos da avaliação interna, apontarão fortalezas e debilidades institucionais e apresentarão críticas e sugestões de melhoramento ou mesmo de providências a serem tomadas.

A comissão de avaliadores externos deverá ter acesso aos documentos e às instalações da Instituição com o objetivo de obter informações adicionais para que o processo seja o mais completo, rigoroso e democrático possível. Na elaboração do seu relatório, a comissão considerará o relatório de auto-avaliação e outras informações da IES oriundas de outros processos avaliativos (dados derivados do Censo e Cadastros da Educação Superior, do ENADE, da Avaliação das Condições de Ensino, de Relatórios CAPES, Currículos Lattes etc.), bem como entrevistas e outras atividades realizadas.

Todos os trabalhos da auto-avaliação, juntamente com seu relatório final, serão colocados à disposição de uma equipe de examinadores externos, de alta qualificação técnica e comprovada experiência em avaliação da educação superior, que possa observar, criticamente, os procedimentos e métodos, as conclusões e as orientações da auto-avaliação.

A análise de avaliadores externos é de extrema importância para a IES, sobretudo porque a autoavaliação ensejará, possivelmente, reorientação de rumos, o que precisa ser realizado com isenção, uma vez que qualquer erro de decisão poderá comprometer o futuro da Instituição.

3.7 BALANÇO CRÍTICO: CONSOLIDAÇÃO

Ao final do processo de autoavaliação, é necessária uma reflexão sobre ele, visando à sua continuidade. Assim, uma análise das estratégias utilizadas, das dificuldades e dos avanços apresentados permitirá planejar ações futuras.

Deste modo, o processo de autoavaliação proporcionará não só o autoconhecimento institucional, o que em si é de grande valor para a IES, como será um balizador da avaliação externa, prevista no SINAES como a próxima etapa da avaliação institucional.

4 DIMENSÕES DO SINAES E A AUTOAVALIAÇÃO DA IES

4.1 A MISSÃO E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)

A FACSUL tem como missão “Possibilitar, por meio do ensino e aprendizagem, o desenvolvimento da cultura e da ciência e a formação de cidadãos que possam contribuir com o desenvolvimento da sociedade em que estão inseridos”. Para atingir tal objetivo, a Instituição promove a educação superior integrando a pesquisa e a extensão, visando à formação de sujeitos empreendedores e comprometidos com o autoconhecimento, a transformação social,

cultural, política e econômica da região em que se insere.

Seu dever é orientar e desenvolver iniciativas que aumentem a qualidade do Ensino e com ela a formação de pessoas responsáveis, comprometidas com seu autodesenvolvimento e com o progresso da sociedade. Para tanto, partilha dessa responsabilidade com os ingressos, egressos e organizações locais.

Reconhecendo a crescente importância do conhecimento para a formação de sujeitos e para o processo de desenvolvimento da sociedade, a FACSUL pretende produzi-lo articulando o ensino com a pesquisa a partir da análise da realidade social, econômica, política e cultural local, buscando compreender melhor e mais profundamente a realidade que seu egresso irá contribuir para transformar. Assim, a Instituição tem como diretriz uma formação que combina e equilibra o desenvolvimento técnico e humanístico e que promove a visão sistêmica do estudante.

Nesse sentido, alguns resultados provenientes dos questionários aplicados na comunidade acadêmica, referentes a essa dimensão serão a seguir apresentados:

- no que tange a Missão, a maioria dos funcionários técnico-administrativos concordam plenamente que todos a conhecem, facilitando o trabalho na Instituição, uma vez que todos seguem na mesma direção para atingir os objetivos propostos;
- os egressos, ao serem questionados verbalmente se a Instituição havia contribuído para melhorar suas vidas, responderam em 100% dos casos afirmativamente, o que nos permite inferir que a FACSUL está dando sua parcela de contribuição para melhorar a sociedade e isso é bastante gratificante a todos os envolvidos nesse processo;
- a maioria dos docentes acredita que sua disciplina contribui significativamente para a formação do educando, sendo considerado como um fator positivo, pois vem ao encontro dos objetivos da Instituição, ou seja formar egressos para beneficiar a sociedade;
- os docentes, na sua maioria, concordam plenamente que existe uma grande correspondência entre os objetivos propostos para a disciplina e o conteúdo programático desenvolvido em sala de aula;
- todos os egressos com os quais se conversou estão trabalhando na área administrativa, dado extremamente gratificante e positivo para a Instituição, e recomendam a Instituição a outras pessoas.

4.2 A POLÍTICA PARA O ENSINO, PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO E SUAS RESPECTIVAS FORMAS DE OPERACIONALIZAÇÃO, INCLUÍDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESTÍMULO À PRODUÇÃO ACADÊMICA, BOLSAS DE PESQUISA, DE MONITORIA E DEMAIS MODALIDADES

A FACSUL assume posição construtiva em uma sociedade democrática, servindo de instrumento propulsor de transformação social. Nesse sentido, sua finalidade procura responder aos anseios e às necessidades da comunidade onde se situa, através da formação

de profissionais de nível superior, nas diferentes áreas de conhecimento, para participar do desenvolvimento da sociedade brasileira; desenvolvimento de iniciação científica, visando colaborar no avanço da ciência e da cultura; promoção de extensão, aberta à participação da população, para difundir as conquistas e benefícios resultantes dos estudos sistematizados e investigações gerados na Instituição; estímulo à criação cultural, por meio da promoção de eventos diversificados; desenvolvimento de atividades educativas, culturais, humanistas, técnicas e científicas que beneficiem efetivamente a comunidade onde se insere; e estímulo ao conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestando serviços especializados à comunidade e estabelecendo com esta uma relação de reciprocidade.

O Ensino de Graduação é considerado importante pela Instituição, pela sua relevância na construção da visão de mundo e da postura política do indivíduo, preparando-o com autonomia e liberdade por meio de um processo educacional que garanta a conciliação da postura ética com a prática profissional para o exercício da cidadania. Como formação inicial, deve propiciar a construção de uma ordem social em processos de aprendizagem permanente.

A FACSUL, orientada por uma visão interdisciplinar, concebe a sua organização didático-pedagógica a partir do avanço da visão restrita de mundo e a compreensão da complexidade da realidade e reconhece, assim, que todo conhecimento é igualmente importante. Neste sentido, procurará a integração do ensino com a pesquisa e estimulará a extensão por meio de ações factíveis e razoáveis ao seu universo de aplicação.

Nessa ótica, os Projetos Pedagógicos dos cursos de Graduação hoje em execução pela Instituição são periodicamente reformulados tendo em vista o avanço dos parâmetros educacionais e o processo de discussão expresso pelos integrantes do meio acadêmico-científico. Destaca-se, ainda, que os perfis dos cursos de Graduação se adequam aos perfis pretendidos para os egressos, favorecendo a formação de sujeitos críticos e comprometidos com a realidade regional, garantindo o estímulo à iniciação e à pesquisa científica, cultural e tecnológica, com vistas a uma ação transformadora da realidade e com o efetivo compromisso com um modelo sustentado de desenvolvimento regional.

As diretrizes que norteiam o Projeto Institucional da FACSUL estabelecem como compromisso a busca de um padrão de excelência no ensino da Graduação, associando a eficiência e a eficácia exigidas pelo mercado aos princípios éticos que regem a atuação do profissional a ser formado. A decorrência dessa concepção geral é a de procurar formar um profissional que contribua para a melhoria da qualidade de vida em nossa sociedade.

Nessa perspectiva, os conteúdos curriculares, as competências e as habilidades a serem assimilados e adquiridos no nível de Graduação da IES devem conferir-lhe terminalidade e capacidade acadêmica e/ou profissional, considerando as demandas e as necessidades prevalentes e prioritárias da região e do País. Esse conjunto de competências deve promover no aluno a capacidade de desenvolvimento intelectual e profissional autônomo

e permanente.

A FACSUL concebe a aprendizagem em sentido amplo, de tal forma que transcenda a necessária formação técnica e desenvolvimento de competências. Seu objetivo será contribuir para a formação de um cidadão imbuído de valores éticos que, com competência formal e política, possa atuar no seu contexto social de forma comprometida com a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

A Instituição se esforça para utilizar práticas pedagógicas complementares às aulas expositivas tradicionais, objetivando desenvolver um ambiente propício à autoaprendizagem. Isso inclui a adoção do ensino com pesquisa; realização de seminários em que os estudantes discutam a literatura indicada para a disciplina e os resultados dos estudos que realizaram; discussão de *cases* na preocupação de melhor articular as instâncias teóricas e práticas e a recuperação da experiência profissional dos estudantes; organização de dinâmicas de grupo buscando ativar a comunicação entre os pares, o aprendizado horizontal, a criatividade e o desejo de contribuir com novos elementos de discussão e análise; realização de relatórios e pequenas monografias que desenvolvam a capacidade de comunicação escrita, interpretação, análise e aplicação de textos à solução de problemas previamente formulados; elaboração de relatórios de visitas a organizações locais etc.

As políticas de pós-graduação e extensão não foram objeto de avaliação por encontrarem-se a Instituição no momento mais voltada para a consolidação de seus cursos de graduação.

Diante do exposto, são apresentados abaixo alguns resultados provenientes dos questionários aplicados na comunidade acadêmica, referentes a essa dimensão, quais sejam:

Em relação ao aperfeiçoamento docente, mais de quarenta por cento dos docentes afirmam que está BOM o que vem sendo feito na IES; entretanto, um quinto dos respondentes apresentam a alternativa INSUFICIENTE. Conclui-se então que na visão do corpo docente, é necessário que se invista mais no aperfeiçoamento docente.

De um modo geral, percebe-se que esse item existe na FACSUL, porém poderia ser incrementado, mostrando que os docentes percebem a importância do aperfeiçoamento.

4.3 A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO, CONSIDERADA ESPECIALMENTE NO QUE SE REFERE A SUA CONTRIBUIÇÃO EM RELAÇÃO À INCLUSÃO SOCIAL, AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, À DEFESA DO MEIO AMBIENTE, DA MEMÓRIA CULTURAL, DA PRODUÇÃO ARTÍSTICA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL.

Verificaram-se ações voltadas para a Responsabilidade Social na disciplina de Ética Empresarial. Além disso, na disciplina de Gestão Ambiental do curso de Administração ações teórico-práticas são desenvolvidas pelo professor e pelos alunos. No curso de Pedagogia, um dos trabalhos de conclusão de curso verificou a concepção de ambiente presente nos discursos de professores de uma escola da região. Assim, percebe-se que a responsabilidade socioambiental vem crescendo consideravelmente na IES.

4.4 A COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

A Instituição realiza a Semana Acadêmica com palestras aos estudantes, que são gratuitas para a população. Os temas são relacionados à administração e à educação, portanto, vários pequenos empresários, professores e demais interessados em reciclar seus conhecimentos participam.

A divulgação dos eventos é realizada nos murais da Instituição, via *folder*, e-mail dos docentes, discentes e técnico-administrativos, jornais locais e site.

4.5 AS POLÍTICAS DE PESSOAL, AS CARREIRAS DO CORPO DOCENTE E DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO, SEU APERFEIÇOAMENTO, DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E SUAS CONDIÇÕES DE TRABALHO.

A) Planos de carreira para docentes e de cargos e salários para o pessoal técnico-administrativo, com seus critérios de admissão e progressão.

A política de pessoal da IES é implementada pela Mantenedora. Constam do Plano de Desenvolvimento Institucional os critérios para contratação de pessoal técnico-administrativo e de integrantes do corpo docente. Para os primeiros, exige-se qualificação técnica e experiência anterior. Já para o corpo docente, em linhas gerais, exige-se titulação compatível, familiaridade com os conteúdos a serem lecionados (experiência docente e não docente) e comprometimento com as práticas pedagógicas defendidas pela Instituição.

A Instituição define que a carreira de Professor do Ensino Superior seja constituída por três categorias funcionais:

- Professor Assistente II (Doutor);
- Professor Assistente I (Mestre);
- Professor Auxiliar (Especialista).

Além das vantagens agregadas determinadas pelas Convenções Coletivas, existe na IES um reenquadramento, por meio do qual o professor que comprove aumento em sua titulação tem o valor de sua hora-aula aumentado correspondentemente.

Portanto, a FACSUL tem a titulação como principal critério para progressão na carreira docente, o que naturalmente conduz ao incentivo para que o docente continue seus estudos de pós-graduação. O mérito e a produção e publicação de obras técnico-científicas também podem ser considerados como elementos impulsionadores da carreira do docente na IES.

Constatou-se que, na prática, as promoções de docentes que melhoram suas titulações ocorrem com frequência, verificando-se nestes casos a ascensão profissional correspondente.

Com relação aos funcionários do plano técnico-administrativo, seu plano de carreira consiste na possibilidade de ascender aos diferentes níveis atribuídos a cada função, fato que ocorre principalmente por mérito.

B) Programas de qualificação/capacitação profissional e de melhoria da qualidade de vida de docentes e funcionários técnico-administrativos.

Incipientes, o número ainda reduzido de programas de qualificação e capacitação é compensado pelos esforços realizados por parte da IES para que os funcionários possam encontrar na Instituição terreno seguro para seu crescimento profissional.

É franqueado aos integrantes do corpo técnico-administrativo o acesso a facilidades acadêmicas como bibliotecas e laboratórios de informática, e os direitos trabalhistas dos funcionários, incluindo benefícios garantidos por lei (vale-transporte, 13º salário, FGTS etc.), são mantidos rigorosamente em dia, ensejando uma relação de confiança entre empresa e funcionário e constituindo-se em grande segurança para este.

Ainda com relação a planos de qualificação profissional, vale ressaltar que membros dos corpos docente e técnico-administrativo podem ser selecionados para treinamentos específicos, tais como ocorrem por vezes quando da implementação de novas políticas e instrumentos pelo Ministério da Educação que dependam de conhecimentos especiais para sua operacionalização. Esses elementos passam a ser então responsáveis pela posterior socialização dos conhecimentos adquiridos junto aos setores onde serão utilizados.

Nesses casos, a Instituição custeia para estes funcionários alimentação, transporte e estadia, no caso de treinamentos realizados fora de seu limite territorial de atuação.

Este auxílio pode ocorrer também no caso de docentes participantes de congressos, seminários e outros eventos científicos ou acadêmicos.

C) Clima institucional, relações interpessoais, estrutura de poder, graus de satisfação pessoal e profissional.

Como cabe a uma Instituição de Ensino, são terminantemente proscritos quaisquer práticas discriminatórias com relação a gênero, religião, etnia, condição física, orientação sexual ou convicções políticas.

Todos os integrantes da IES – docentes, discentes e demais funcionários – estão submetidos às leis trabalhistas e aos regimes disciplinares definidos no Regimento da Instituição.

O ambiente de trabalho e de estudo, é mantido o mais próximo possível do que se considera ideal para o máximo rendimento das práticas pedagógicas da Instituição. Todos os funcionários que lidam com alunos e com o público em geral são orientados a pautarem-se pela cordialidade e prestatividade.

Ao responder o questionário, os funcionários evidenciaram a contribuição da FACSUL

para o desenvolvimento local e regional: metade dos respondentes assinalaram essa contribuição como ótima, e metade como excelente.

Os docentes concordaram que há grande respeito para com eles por parte dos alunos, e uma boa relação entre professores e profissionais técnico-administrativos, sendo que o relacionamento entre os professores, sua liberdade de expressão, respeito interpessoal e relação profissional entre professores e coordenadores atingem na sua maioria o conceito ÓTIMO ou EXCELENTE.

Assim, com relação à satisfação, observou-se por meio de questionários que a comunidade de técnicos e de professores na FACSUL encontra-se satisfeita.

4.6 ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO – ESPECIALMENTE O FUNCIONAMENTO E REPRESENTATIVIDADE DOS COLEGIADOS – SUA INDEPENDÊNCIA E AUTONOMIA NA RELAÇÃO COM A MANTENEDORA E A PARTICIPAÇÃO DOS SEGMENTOS DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA NOS PROCESSOS DECISÓRIOS.

A) Adequação da gestão ao cumprimento dos objetivos e projetos institucionais e coerência com a estrutura organizacional oficial e real.

A gestão da Instituição realiza-se por meio de uma estrutura pensada para garantir aos seus integrantes uma visão ampla e realista dos recursos passíveis de serem mobilizados no cumprimento da missão e objetivos da IES.

Sua Direção atua em estreito contato com os coordenadores de cursos e com os membros dos corpos docente e técnico-administrativo, em muitas situações envolvendo-se diretamente nos assuntos em pauta, de forma que decisões tomadas sejam verdadeiramente eficazes tanto na solução dos problemas quanto no aproveitamento das potencialidades.

Os discentes, por meio de sua representação no Conselho Superior, também podem expressar suas opiniões e pôr em pauta os assuntos que julgarem mais relevantes para sua experiência acadêmica.

B) Funcionamento, composição e atribuição dos órgãos colegiados.

O funcionamento, composição e atribuição dos órgãos colegiados são descritos em detalhes no Regimento da Instituição.

O Conselho Superior (CONSUP) é presidido pelo Diretor Geral da IES, e composto também pelos coordenadores dos cursos, por dois representantes do corpo docente e um representante do corpo discente, além de um representante da Mantenedora e do Secretário Geral. É esse o órgão máximo de natureza normativa, consultiva e deliberativa, em matérias didático-científicas e administrativas.

A Diretoria, exercida por um Diretor designado pela Mantenedora, é o órgão executivo superior de coordenação e fiscalização das atividades da IES. Suas atribuições constam no

Regimento.

C) Uso da gestão e tomadas de decisão institucionais em relação às finalidades educativas.

A maior experiência didático-pedagógica da Direção traduz-se em orientações ao coordenador que devem ser seguidas fielmente, para que se aproximem as práticas da Instituição tanto quanto possível dos altos ideais propostos em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Exige-se da Coordenação total comprometimento com o Projeto Pedagógico defendido pela Instituição em seus diferentes cursos. Naturalmente, sugestões são muito bem-vindas, assim como diferentes pontos de vista que possam acrescentar elementos inovadores e/ou mais próximos da realidade regional, para a melhoria da qual a Instituição pretende sempre contribuir.

D) Uso da gestão estratégica para antecipar problemas e soluções.

Questões estratégicas são amplamente discutidas antes que se formulem sobre elas diretrizes. Para tanto, reúne-se o Conselho Superior semestralmente ou sempre que houver necessidade, sendo postos em votação os assuntos que afetam mais profundamente a vida da Instituição.

São assim periodicamente analisadas a relação entre os cursos oferecidos e a realidade da região, tanto no momento quanto em projeções futuras, a satisfação dos alunos, a situação dos egressos de cada carreira no mercado de trabalho, e as tendências que vão surgindo conforme se altera a configuração do quadro social em virtude de evoluções políticas, econômicas ou tecnológicas relevantes para os cursos que a IES oferece ou pretende oferecer.

E) Modos de participação dos atores na gestão (consensual, normativa, burocrática).

Todos os elementos da Instituição, respeitados os seus níveis de atuação e a natureza de seus vínculos com a IES, são chamados em vários momentos a participar da definição dos rumos a serem seguidos para que se atinjam os objetivos e se cumpra a missão proposta no Plano de Desenvolvimento Institucional.

Naturalmente, têm precedência as proposições da Mantenedora, da Direção e da Coordenação, não apenas por sua maior experiência na educação superior, mas também pela maior solidez de seus vínculos com a IES. Tal fato não significa, contudo, que as aspirações, queixas e sugestões de alunos e dos demais docentes não sejam levadas em consideração – elas são devidamente mensuradas e discutidas, e, quando identificadas como estratégicas para o funcionamento da Instituição, levadas ao CONSUP. Quando não, podem ser resolvidas em diferentes instâncias, como a Secretaria (no caso de questões administrativas envolvendo

alunos) ou Coordenação (no caso de questões acadêmicas envolvendo alunos e/ou professores).

Cumpra lembrar que cada integrante da comunidade acadêmica tem seus direitos e deveres minuciosamente expressos no Regimento da Instituição, que se encontra permanentemente à disposição de todos para consulta.

F) Investimento na comunicação e circulação da informação (privativa da gestão central ou fluida em todos os níveis).

A Instituição informa aos seus integrantes os fatos e decisões mais relevantes à vida acadêmica por meio de seu jornal mensal em formato impresso, quadros de avisos localizados em pontos estratégicos, de ampla visualização para docentes, alunos e funcionários, como, por exemplo, Secretaria e Sala de Professores.

Comunicações podem ser enviadas por *e-mail* sempre que houver necessidade, assim como podem ser transmitidos em sala de aula, por professores ou funcionários da Secretaria, avisos de importância para os alunos.

A página da Instituição na internet é outra alternativa para manter a comunidade acadêmica a par de informações importantes.

No início do ano letivo os alunos e professores recebem por escrito as informações acadêmicas e o Calendário Escolar objetivando um melhor aproveitamento da vida universitária e o entrosamento entre os corpos docente, discente e administrativo da Instituição.

Assuntos de ordem estratégica ficam restritos aos integrantes do CONSUP, que são deles comunicados durante as reuniões.

4.7 INFRAESTRUTURA FÍSICA, ESPECIALMENTE A DE ENSINO E DE PESQUISA, BIBLIOTECA, RECURSOS DE INFORMAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO.

Quanto à infraestrutura da FACSUL, informamos que o campus, mesmo estando em construção, está devidamente equipado, e sua manutenção é feita a contento e, de acordo com as necessidades que surgem, são feitas adaptações e implantados novos setores e serviços.

Entre discentes, docentes e pessoal técnico-administrativo, a maioria concorda plena ou parcialmente que a dimensão infraestrutura física, contribui para o bom andamento das aulas e atende às expectativas dos usuários de biblioteca, secretaria e tesouraria. Detectou-se ainda pelos questionários que, em relação ao estacionamento da IES, este pode ser melhorado, e em relação à cantina existe descontentamento em relação aos preços praticados.

Após aplicação de questionários referentes a esta dimensão, descobriu-se que a maioria dos docentes concorda totalmente que a estrutura física da FACSUL possibilita o bom andamento das aulas, o que equivale a dizer que estão satisfeitos com a estrutura física da Instituição. Da mesma forma, os funcionários técnico-administrativos, em sua grande maioria,

consideram a Instituição um lugar adequado e fisicamente seguro para trabalhar e suas instalações adequadas ao trabalho, podendo ser acrescentados equipamentos como ventiladores e aumento da quantidade de equipamentos, nomeadamente os de multimídia.

4.8 PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO, ESPECIALMENTE OS PROCESSOS, RESULTADOS E EFICÁCIA DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.

A) A Instituição e sua relação com o Projeto Pedagógico Institucional e com os projetos pedagógicos dos cursos.

Ao instalar-se na região de Campina Grande do Sul e Quatro Barras, a Instituição assumiu o compromisso de buscar permanentemente a qualidade nos programas que oferece à região. Para tanto, desenvolveu um projeto pedagógico em sintonia com as demandas e potencialidades detectadas na região, escolhendo assim os cursos que julgou mais relevantes à formação de quadros profissionais cuja chegada ao mercado de trabalho se convertesse em forte impulso ao desenvolvimento socioeconômico regional.

Para isso, busca a formação de sujeitos e profissionais orientada para a autonomia e para as diferentes inserções possíveis do egresso no mercado de trabalho; criação de diferenciais fortes para cada curso por meio da relação imediata com indicadores da necessidade social no que concerne às características sociais, econômicas, geográficas e históricas da região; concepção didático-pedagógica adequada ao momento histórico e socioeconômico dos País e aprovada pelos colegiados superiores da Instituição; existência e adequação dos recursos físicos e materiais e das instalações especiais; e existência, no quadro funcional, de docentes com perfil orientado para múltiplas competências.

Na prática, para que se mantenha a relevância dos projetos pedagógicos aplicados, as grades curriculares, ementas e bibliografias são constantemente revisadas, sendo efetuadas mudanças sempre que detectadas discrepâncias entre os objetivos propostos, as práticas pedagógicas em uso e as características e perspectivas socioeconômicas regionais. Naturalmente, essa flexibilidade é prevista no Plano Pedagógico Institucional e, como mencionado anteriormente, implementada pelo CONSUP por meio de discussões e voto de seus integrantes.

Quando da renovação do PDI junto ao MEC, são considerados pelos órgãos colegiados todos os resultados obtidos com a atual estrutura de cursos e programas, para que se chegue a um novo Projeto Pedagógico Institucional ainda mais funcional e efetivo. Nesse processo são de fundamental importância a autoavaliação e a avaliação externa subsequente.

B) Procedimentos de avaliação e acompanhamento do planejamento institucional, especialmente das atividades educativas.

A avaliação e acompanhamento do planejamento institucional foram definidos no Plano de Desenvolvimento Institucional antes mesmo da proposição, por parte do Ministério da Educação, da formação de Comissões Próprias de Avaliação.

Os diferentes grupos que compõem a comunidade acadêmica são chamados a participar permanentemente desse processo com seus diferentes pontos de vista e atribuições.

Com relação à avaliação da aprendizagem (atividades educativas), seus princípios e metodologia encontram-se detalhados no Regimento da Instituição e, tal como lá estão dispostos, são cumpridos.

Quanto à avaliação institucional interna e externa, seus pressupostos e procedimentos constam do PDI, sendo complementados por aqueles relativos à implementação da Proposta de Avaliação Institucional sugerida pelo MEC.

Por sinal, importantes aspectos da avaliação segundo concebidos inicialmente pela Instituição estão passando por reformulação, visto terem sido absorvidos pela Proposta de Avaliação Institucional sugerida pelo MEC. Estão sendo discutidas formas de tornar permanente e autônomo o processo de auto-avaliação.

O desempenho dos alunos nas avaliações oficiais (ENADE etc.) é também mantido à mão para uso quando da autoavaliação institucional.

4.9 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AO ESTUDANTE.

Podemos listar como principais órgãos de atendimento aos agentes da comunidade acadêmica: Secretaria, Tesouraria, Biblioteca, Central de Atendimento Acadêmico-CAA, Central de Estágios, Coordenação de Extensão, Coordenação de Comunicação com a Sociedade, entre outros.

A Secretaria está à disposição dos estudantes para dirimir dúvidas quanto a notas, faltas, controles de frequência e providenciar documentos referentes à sua situação escolar, como atestados, históricos, declarações e certidões, que devem ser solicitados com antecedência por meio de requerimento adequado.

Todo assunto de caráter financeiro deverá ser tratado exclusivamente na Tesouraria, como o pagamento das mensalidades ou documentação referente a ele como o carnê de pagamento ou expedição de recibo.

Ao analisar as respostas dos questionários aplicados pela CPA, nota-se que os alunos, na sua maioria, consideram os serviços prestados pela Área Administrativa (Secretaria, Tesouraria, Biblioteca) da FACSUL adequados. Os docentes e discentes em sua maioria também consideraram os serviços da Secretaria, biblioteca e laboratório adequados.

A Instituição conta com um Coordenador para o curso de Administração e uma coordenadora para o curso de Pedagogia, que fica à disposição dos estudantes e professores para o atendimento em relação à operacionalidade do curso e às questões acadêmico-

pedagógicas. Essa interação diária minimiza os problemas e possibilita a correção de falhas, melhorando o processo ensino-aprendizagem de forma contínua.

Ao se analisar os questionários dos discentes e docentes nota-se que a Coordenação do curso apresenta papel importante em relação à transmissão dos objetivos do curso e condução das reuniões pedagógicas. Nesses itens os professores respondentes atribuíram conceitos, em sua maioria, ÓTIMO e EXCELENTE.

Entretanto, para a maioria dos docentes a Instituição, o *feedback* sobre o desempenho do professor precisa ser melhorado.

De um modo geral, percebe-se que as expectativas dos alunos em relação ao curso estão sendo atendidas, havendo que se ressaltar que muitos alunos que ingressam no ensino superior sequer buscam informações prévias sobre o conteúdo dos cursos e se frustram no decorrer dos mesmos.

A maioria dos funcionários percebe a preocupação da FACSUL com a qualidade dos serviços que presta, fazendo aumentar a responsabilidade de cada um para se empenhar cada vez mais para atingir tal objetivo.

Como já foi citado, todos os egressos com que se conversou estão trabalhando na área administrativa e isso é um dado extremamente gratificante e positivo para a Instituição.

4.10 SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA, TENDO EM VISTA O SIGNIFICADO SOCIAL DA CONTINUIDADE DOS COMPROMISSOS NA OFERTA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR.

A política financeira da Instituição é implementada pela Mantenedora.

As mensalidades, principal fonte de recursos da IES, têm seus valores definidos segundo a realidade local, sempre levada em consideração a responsabilidade social da Instituição, que tem entre seus princípios a ampliação da oferta de educação superior aos jovens da região.

No plano institucional, observa-se que os resultados dessa política são satisfatórios, tendo em vista o bom nível de investimentos existentes em infraestrutura e na montagem de um corpo docente e técnico-administrativo condizente com as necessidades da Instituição.

A atual situação financeira da Instituição não representa risco para a consecução dos objetivos e da missão aos quais ela se orienta. Naturalmente, há espaço para ajustes e melhorias, mas estes encontram-se condicionados a alterações do cenário socioeconômico local e serão implementados conforme apresentarem-se os meios para tanto.

Pontos Fracos, Fortes e a Melhorar Apurados pela CPA

As questões aplicadas em cada segmento da comunidade acadêmica foram selecionadas e seus resultados agrupados e apresentados segundo as dez dimensões da Avaliação Institucional Interna no tópico anterior.

A CPA, ao analisar todas as questões, ler os documentos da Instituição já mencionados, conversar e participar da comunidade acadêmica buscou identificar os pontos fortes, fracos e a melhorar da FACSUL no atual momento, podendo assim ser sintetizados:

Pontos Fortes

- Coerência do Projeto Pedagógico com a realidade local;
- Coerência entre Missão e as Ações desenvolvidas para alcançá-la;
- Formação do corpo docente e técnico-administrativo;
- Práticas pedagógicas desenvolvidas;
- Interação do corpo docente e discente;
- Coordenação Pedagógica;
- Confiabilidade da Instituição junto aos egressos e sociedade civil ;
- Confiabilidade da Instituição junto à comunidade acadêmica;
- Atendimento das áreas administrativas (Biblioteca, Secretaria, Tesouraria e Laboratórios).

Pontos a Melhorar

- Iniciação Científica;
- Site da instituição;
- Recursos tecnológicos da Instituição;
- Estrutura física;
- Ações de Responsabilidade Social junto à sociedade;
- Ações de Parceria com instituições da cidade;
- Envolvimento dos docentes nas atividades acadêmicas extracurriculares;
- Apoio e Realização de Eventos extracurriculares;
- Comunicação Interna.

Pontos Fracos

- Comunicação Externa;
- Não realização de ações efetivas para beneficiar a comunidade local;
- Existem poucos cursos de extensão.

Reuniões têm sido realizadas com o objetivo de resolver as questões de ordem pedagógica e administrativa, como atividades de proposição de novas estratégias de comunicação interna e externa e parcerias com empresas da região.

Outras iniciativas, devido às possíveis implicações financeiras que representam, dependem de reuniões e acordos com a Mantenedora, que determinará, após cuidadosa

análise dos resultados obtidos pela CPA, ações que combinem em igual proporção viabilidade financeira e técnica, eficiência e eficácia. Entre estas iniciativas, que têm como foco os pontos vistos acima como “fracos” e “a melhorar”, destacam-se: mudanças nas políticas de comunicação externa, visando à maior e melhor percepção da FACSUL por parte do público em geral e, principalmente, dos potenciais estudantes; e também a realização de convênios e abordagens alternativas de intervenção comunitária (cursos de extensão, eventos extracurriculares etc.).

O item a seguir apresenta maiores informações sobre como esses dados estão sendo consolidados pela Instituição, ou seja, transformados em ações efetivas rumo à sua melhoria ou solução, conforme cada caso.

4.11 DESCRIÇÃO DE COMO OS RESULTADOS OBTIDOS SÃO INCORPORADOS NO PLANEJAMENTO DA GESTÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA

Como continuidade do processo de avaliação interna, a divulgação dos resultados alcançados irá propiciar sua discussão em diferentes dimensões da comunidade acadêmica. Nesse processo serão utilizados diversos meios, tais como: reuniões, documentos informativos (impressos e eletrônicos) e seminários.

A divulgação proporcionará também oportunidades para que as ações concretas oriundas dos resultados do processo avaliativo sejam tornadas públicas à comunidade interna.

Com os resultados da autoavaliação tem sido possível traçar um panorama da qualidade dos cursos, programas e projetos, bem como analisar se a missão da Instituição está de fato se realizando, fundamentando assim decisões que levem ao seu integral aperfeiçoamento.

Partimos do pressuposto de que a avaliação é uma leitura orientada da realidade, segundo critérios pré-estabelecidos de acordo com nossos padrões de qualidade. Dessa forma, acreditamos que a finalidade última da avaliação não seja classificar, nem tampouco selecionar e excluir, mas sim propor, pela análise de seus resultados, caminhos, metas e estratégias que venham ao encontro de nossas intenções educativas e responsabilidades sociais.

Conforme afirmamos no início deste relatório, nossa proposição de autoavaliação se justifica e se transforma em uma necessidade por ser um direito da população, distinguindo-se, assim, da proposição de um Estado avaliador. Desta forma, não interessando apenas ao Estado, mas muito mais à população, deve constituir-se em compromisso da Instituição e dos intelectuais que a compõem. Faz-se necessário ultrapassar a crítica e construir uma avaliação concernente com os ideais de uma sociedade justa e democrática.

A autoavaliação institucional, realizada de forma permanente, atribui valores a todos os aspectos que giram em torno de eixos como formação acadêmica, responsabilidade social, desempenho dos alunos, gestão da Instituição, corpo docente, instalações e várias outras

categorias e conjunto de indicadores.

As informações obtidas com esta modalidade avaliativa serão utilizadas pela IES para orientação da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e para orientar suas políticas acadêmicas e de gestão, desvelando assim a realidade dos cursos e da própria IES. A fim de auxiliar nessa orientação, a CPA encaminhou neste ano à Direção Plano de saneamento das fragilidades identificadas na IES.

4.12 JUSTIFICATIVA

Este relatório compreende período já consolidado, porém contínuo, da Proposta de Avaliação Institucional Interna (autoavaliação), realizadas pela CPA desta IES no ano de 2009.

Este trabalho, que já se encontra em sua fase de consolidação, longe da proposição de fórmulas simples para sanar apenas momentaneamente eventuais situações problemáticas detectadas pelos diferentes meios de aferição da opinião comunitária (questionários, reuniões etc.), desenvolve-se de forma contínua e fluida, firmando-se como elemento permanente do ambiente institucional.

Por esse motivo, os resultados ora apresentados não se pretendem conclusivos, mas sim norteadores de iniciativas futuras, em que se buscará o estímulo às práticas reconhecidamente eficientes e a reorientação daquelas que, tanto no âmbito dos trabalhos relativos à Proposta de Avaliação Institucional, quanto nos demais aspectos do funcionamento da Instituição, possam receber intervenções positivas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluirmos este relatório, podemos constatar a importância desse processo na vida acadêmica da FACSUL, que contou com a atuação decisiva da Direção, da CPA e dos segmentos que integram o corpo social da Instituição.

Este processo de construção coletiva possibilitou o alcance dos objetivos propostos e os seguintes resultados:

- bases teóricas e metodológicas do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), de sua concepção à operacionalização;
- construção do processo coletivo de trabalho, visando ao desenvolvimento da avaliação institucional;
- proposta de Avaliação Institucional Interna da IES, formulada com base nos princípios que fundamentam o SINAES.

Resultados alcançados desde o início do processo de autoavaliação:

constituição e instalação da CPA; elaboração e aprovação da PAI;

aprovação da metodologia e das técnicas e dos instrumentos de coleta de dados; sensibilização do corpo social para auto-avaliação; desenvolvimento da proposta; elaboração de relatórios anuais; divulgação dos resultados; retro-alimentação do processo de planejamento e gestão acadêmica, elaboração do relatório global, construção de novos gabinetes para setores de atendimento acadêmico, aquisição de mais equipamentos de informática; alteração de algumas políticas institucionais e implantação de novas.

A divulgação para o corpo social será realizada pela mídia local e com a participação efetiva da CPA, por meio de cartazes, *folders*, reuniões, documentos informativos (impressos e eletrônicos), seminários e outros.

Quanto aos resultados concretos, já constatamos:

- a adesão da missão e dos objetivos institucionais à dinâmica da realidade em que se insere a IES;
- a coerência e a factibilidade explicitadas no PPI e no PDI.

As dificuldades encontradas no início desta atividade derivam da ainda incipiente cultura de autoavaliação que se verifica na educação superior brasileira e do período de conhecimento e adaptação à concepção e à metodologia do SINAES. Essas dificuldades estão sendo superadas com a articulação do saber e do fazer em avaliação por meio de estudos e trocas de experiências e pela participação dos membros da CPA em eventos que tratam dessa temática.

Com relação às facilidades, podemos destacar a institucionalização da Proposta de Avaliação Institucional, o compromisso dos membros da CPA, a ampliação do envolvimento de segmentos do corpo social no processo e a implantação da cultura da avaliação nas diversas dimensões institucionais.

Finalmente, comunicamos que o resultado da Avaliação Institucional (apresentado na forma de gráficos) encontra-se à disposição para a Comissão de Avaliação Externa na própria Instituição e não foi enviado para que não houvesse um acúmulo de informações.

Campina Grande do Sul, 18 de março de 2010

Prof. Edilson da Costa

Coordenador da CPA:

Membros da CPA:

Ivan Bim Requena - _____

Marlon Hamann - _____

Maria de Lourdes Cordeiro da Silva Rodrigues- _____

Raquel Pinto Correa - _____